

CAPITAL SOCIAL E RECURSOS EDUCACIONAIS NAS FAVELAS PAVÃO-PAVÃOZINHO/CANTAGALO DO RIO DE JANEIRO

Ana Senna¹
Geraldo Moreira Prado²
Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa³

RESUMO:

O presente trabalho faz uma análise da geração de capital social, capital cultural e os recursos educacionais na Biblioteca Comunitária Paulo Coelho, das favelas Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, no Rio de Janeiro. O capital social está associado às estratégias para aquisição de recursos através das interações sociais e as bibliotecas possuem características que podem criar esses recursos. Tendo como fundamentação teórica do capital social os autores Pierre Bourdieu e James Coleman, foi feita uma revisão bibliográfica detalhada sobre biblioteca e leitura. A investigação prossegue com a pesquisa de campo que embasará este Estudo de Caso.

Palavras-chave: Capital social. Recursos educacionais. Biblioteca em favelas

ABSTRACT:

This paper analyzes the generation of social capital, cultural capital and educational resources in the Community Library Paulo Coelho, the slums Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, in Rio de Janeiro. The social capital is associated with strategies for acquiring resources through social interactions and libraries have features that can create these resources. With the theoretical basis of the share capital the authors Pierre Bourdieu and James Coleman, a comprehensive literature review of library and reading was taken. The study continues with the field research that form the basis this Case Study.

Keyword: Social capital. Educational resources. Library in slums

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte da pesquisa de doutorado, em andamento, que pretende investigar se a produção de capital social e subsequentemente o ganho de capital cultural e recursos educacionais ocorrem para os usuários de bibliotecas em favelas do Rio de Janeiro.

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Assistente 2 do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor PhD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na Sociedade do Conhecimento e da Informação se discute o fim do livro e da biblioteca. Contudo, em vários países latino-americanos, no Brasil, Canadá e países europeus, a biblioteca desponta com uma nova configuração: forte, política e com ações sociais imprescindíveis neste tempo de diversidade, crises econômicas, pobreza, perda de jovens para o tráfico e pela falta de políticas educacionais profícuas.

A biblioteca, enquanto lugar de memória, alarga o seu conceito para “Biblioteca de Terceira Geração”, como um espaço social de ligações estruturais e multifuncionais, de poder, de simbiose com a educação e de um comprometimento com a mudança e inclusão social.

Aprofundamos nossa análise e a ação política que envolve esse lugar, tendo na leitura um elemento formador para educação e a consciência crítica para promover a transformação social. “Pela leitura a pessoa aprende a ser ela mesma, e a ser ela mesma em comparação a todas as outras na vida social” (LEENHARDT, 2013, p. 75).

A literatura mostra que a educação e a cultura constituem as bases da mudança social, da prevenção da violência e da criminalidade, causadas pelas desigualdades socioeconômicas nas grandes cidades e que, a criação de bibliotecas e centros culturais, em comunidades economicamente desiguais, é primordial para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que nelas habitam.

Nesse cenário surgem conceitos teóricos que passam a embasar a prática e a reflexão diante dos problemas sociais que rondam uma enorme parcela da sociedade humana. E na reflexão e busca de soluções pretendemos com este trabalho ressaltar a relação entre capital social (recursos interacionais) e as bibliotecas em favelas como um canal informacional de recursos educacionais e capital cultural.

A exclusão de grande parte da população brasileira ao acesso a uma educação de qualidade, à informação e à cultura podem transformar muitas crianças em adultos desprovidos de habilidade para o trabalho mais qualificado. Esta desigualdade pode, também, gerar a evasão escolar e deixar à margem dos avanços tecnológicos uma imensa parcela da população, tirando-lhes a possibilidade de atuar como cidadãos.

Para o desenvolvimento deste trabalho define-se prioritariamente o conceito de capital social, particularizado na visão de Pierre Bourdieu e James Coleman.

A análise sobre bibliotecas em favelas e a ação política que envolve esse campo social, tem como campo empírico o Pavão-Pavãozinho/Cantagalo. Os estudos sobre esse tipo de

biblioteca devem ser ampliados para melhor entendimento desse espaço complexo e rico de significados.

Nossa *questão de pesquisa* é: Seria a Biblioteca Comunitária Paulo Coelho, das favelas Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, no Rio de Janeiro, geradora de capital social e com isso contribuir para o ganho de capital cultural e recursos educacionais para seus usuários?

Os *procedimentos metodológicos* a serem utilizados para desenvolvimento e concretização deste trabalho e atingir nossos objetivos serão baseados numa pesquisa qualitativa tendo como categoria de pesquisa o Estudo de Caso.

2 CAPITAL SOCIAL

De acordo com Higgins (2005, p. 21) “o capital social surge como uma proposta para responder à difícil situação de grupos marginalizados pela pobreza e a violência”. Na América Latina, o conceito vem sendo usado por organismos internacionais e locais para alavancar políticas públicas contra a pobreza, a desigualdade e para o fortalecimento das comunidades. Esta nova associação entre Estado e sociedade civil se fundamenta na colaboração nos espaços vulneráveis de coesão entre órgãos governamentais e parceiros, tais como empresas, ONGs da própria comunidade, igrejas etc. e/ou em interação com outras ONGs focando um mesmo objetivo.

Pierre Bourdieu, com respeito à teoria social, e James Coleman, em suas reflexões sobre o contexto social da educação, influenciam sobremaneira o debate acadêmico da área de capital social. Bourdieu traz o conceito para a contemporaneidade analisando em seus trabalhos formas de capital e suas relações com o conceito de classe ressaltando os capitais econômico, cultural e social. Para o autor “capital social” é:

Conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2004, p. 67)

Essas redes de ligação são produtos estratégicos de investimento social, consciente ou inconsciente, orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis. Se direcionam para a transformação de relações contingentes, como as relações de

vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações ao mesmo tempo necessárias e eletivas, que implicam obrigações, respeito, de amizade etc.) ou institucionalmente garantidas. (BOURDIEU, 2004, p. 68).

Na teoria de Coleman (1988, p. 898) o conceito de capital social é definido como “variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores, pessoas ou atores coletivos dentro dessa estrutura.”

Para o autor, o capital social é produtivo e importante para o alcance de objetivos e interesses concretos. Destaca, ainda, que as relações baseadas na lealdade e confiança são capazes de gerar recursos úteis. Seu conceito parte da sua função. Na estrutura social são três elementos que possuem esta funcionalidade: 1) Obrigações, expectativas e lealdades, 2) Canais de informação: para o autor a informação é a base da ação e os canais de informação diminuem os custos para adquiri-la; 3) Normas e sanções: reduzem os aspectos negativos do capital social.

Dois aspectos sobre as interações sociais em Georg Simmel (1983 apud COHN, 1998) serão interessantes para acrescentar e ratificar a visão de Coleman. O primeiro aspecto é seu conceito de gratidão e que para ele está na base de todas as relações humanas. Como segundo aspecto de Simmel (2006, p. 41) ressaltam-se as “normas” que são o mínimo para o indivíduo, a condição sob a qual ele pode existir externamente como ser social.

3 BIBLIOTECAS E O TERCEIRO LUGAR

Por mais de 5000 anos a humanidade vem organizando uma variedade de documentos para posterior busca e recuperação. A Biblioteca mais antiga que se tem notícia, descoberta em 1975, em Ebla, no norte da Síria, é aproximadamente do ano 3000 a.C. Esta Biblioteca possuía uma coleção em torno de 15.000 tabuletas de argila. Dentre estas, quinze tabuletas pequenas mostravam um resumo do conteúdo dos documentos que remetiam à coleção propriamente dita. Desde então, as bibliotecas se expandiram e na contemporaneidade promovem de forma proativa ações para a inclusão social, informacional e digital.

A noção que temos de Biblioteca surge na antiguidade greco-romana com o aparecimento de coleções de livros para serem disponibilizados. A Biblioteca de Alexandria revelou uma concepção insuperável até aquele momento. A primeira referência a essa

biblioteca encontra-se em Herodes, poeta grego, do século III a.C. Manguel (2006, p. 34) menciona-a como “um edifício conhecido como mouseion, ou Casa das musas, e que quase com certeza abrigava a famosa biblioteca.”

No entanto, com toda sua grandeza e cuidado essa biblioteca desapareceu e a história sobre esse fato nunca ficou muito clara, confirmando o que Battles preconiza: “a biblioteca sempre foi o local mais apropriado para conservar e destruir livros em grande escala”. (BATTLES, 2003, orelha).

A perturbadora importância deste espaço social é mostrada por todas as destruições que ao longo dos séculos vitimaram coleções de livros para calar seus conteúdos. Manguel (2006, p. 83) destaca que “O conhecimento não consiste no acúmulo de textos ou informações, nem no livro como objeto, mas na experiência, em palavras que se refletem tanto no mundo exterior como no próprio ser do leitor.”

A biblioteca e o livro eram objetos da elite até o século XVII, na Europa mais desenvolvida e no século XIX, nos Estados Unidos com a criação das bibliotecas públicas.

Com a revolução industrial e a criação dos Estados Modernos tornou-se fundamental para a produção econômica, uma educação básica que se estendia para o povo e, com isso como veremos adiante, surgem movimentos para a criação de bibliotecas que se constituiriam num forte instrumento complementar no processo de escolaridade e de melhor qualificação. Há indicação esclarecedora que o princípio da educação básica para as classes baixas emergiu na Dinamarca. “Frederico IV, estabeleceu escolas básicas em seus próprios domínios, já no ano de 1721, dotando-as com recursos suficientes e um corpo docente fixo”. (BENDIX, 1996, p.123).

Esse princípio de educação básica seria um direito de todos os cidadãos já que se tornou emergente para a força do trabalho industrial. Bendix (1996, p. 122) enfatiza que “em todas as sociedades ocidentais, a educação básica se tornou um dever de cidadania, talvez o mais antigo exemplo de um mínimo prescrito, reforçado por todos os poderes do Estado Moderno”. Constatamos que a educação se tornou altamente importante na busca por uma posição no mercado de trabalho na Sociedade Ocidental Moderna e que ocuparia, portanto, um lugar central nas análises de transformações e mobilidades sociais.

3.1 BIBLIOTECAS SOCIAIS

A partir do século XVII, começa a surgir nos Estados Unidos a ideia da Biblioteca Pública Moderna, compreendendo coleções gerais de livros, abertas ao público gratuitamente ou mediante taxas, assinaturas, ou através de pagamento para se tornar acionista. Elas emergiram em resposta às circunstâncias imediatas e eram moldadas de acordo com o contexto social, geográfico e econômico. Essas bibliotecas apresentavam as mais diversas características, o que torna difícil conceituá-las e por sua configuração foram nomeadas bibliotecas sociais.

Três manifestações relevantes dessas bibliotecas foram: as bibliotecas paroquiais de Thomas Bray, as bibliotecas sociais *stricto sensu* e as bibliotecas que eram especializadas em grupos sociais específicos ou para fins específicos. (ALA, 2014).

O conceito de Biblioteca social *stricto sensu* passou a significar um tipo de biblioteca que possuía material circulante, que era criada por pessoas não especializadas, com sala de leitura para uso de qualquer pessoa e possuindo critérios estabelecidos para o seu uso. Podiam ser informais ou legais através de atos de incorporação, de propriedade ou subscrição/associação. Porém não se tem notícia da primeira dessas bibliotecas ou um exemplo contundente para defini-la precisamente. Este tipo de biblioteca possui ideias muito próximas das bibliotecas comunitárias brasileiras ou das bibliotecas, em seu conceito mais geral, criadas em favelas, como a biblioteca do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo.

As bibliotecas sociais atingiram seu apogeu até meados do século XIX, embora tenham persistido pelo século XX. Alguns fatores influenciaram para seu declínio: o tamanho da coleção sem expressividade; questões econômicas e o crescimento das autênticas bibliotecas públicas com apoio fiscal e administração pública aberta a todos igualmente.

3.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O Manifesto da Ifla/Unesco sobre bibliotecas públicas, de 1994, traz considerações relevantes: “a biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais”

A Fundação Biblioteca Nacional (2014) estabelece que as bibliotecas públicas devem atender às necessidades de informação de todos os públicos, e se ser um espaço de troca de ideias e discussões e devem ser subvencionadas pelo poder público. No âmbito da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) responsável pela coordenação das políticas para a biblioteca pública brasileira. O Brasil possui 6062 bibliotecas cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, dados de julho de 2014: 5984 são bibliotecas públicas municipais; três bibliotecas públicas federais; 45 bibliotecas públicas estaduais e 30 bibliotecas públicas distritais. São 5455 municípios com pelo menos uma biblioteca pública, totalizando 98%. A necessidade de bibliotecas públicas eficientes no Brasil é uma questão fundamental e se relaciona com a discussão educacional. Se o Brasil quiser se tornar competitivo deve rever com suas políticas públicas voltadas para esses setores.

De acordo com Suaiden (1980), a primeira biblioteca aberta ao público criada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, em 1811, por iniciativa de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco. Por suas características, a biblioteca pública pode e deve se tornar um polo de transformação social com o acesso à educação e à leitura em municípios brasileiros

Em 1985, houve em Caracas a elaboração da “Declaração de Caracas sobre a Biblioteca Pública” como fator de desenvolvimento e instrumento de transformação social na América Latina e Caribe. No entanto, não constatamos nenhum progresso substancial até o século XXI quando a Colômbia apresenta um empreendimento de políticas públicas de grande impacto nas cidades mais violentas desse país. “Em Bogotá, foram criadas cinco grandes bibliotecas populares nas regiões mais violentas da cidade. Os índices de criminalidade caíram visivelmente [...]” (VÉLEZ, 2010, p. 121). Foi uma aposta política, combater a violência com o acesso à educação e à cultura que se alastrou por outras cidades.

No Rio de Janeiro, nas comunidades pacificadas, a criação das Bibliotecas Parque vem se solidificando nos moldes das bibliotecas colombianas. Pelo mundo “desenvolvido” se criou o conceito de “Biblioteca de Terceira Geração”. Foi o professor de Sociologia Urbana, da Universidade da Flórida, Ray Oldenburg quem criou o conceito Terceiro Lugar, em 1989. Esse conceito está relacionado com a vida social das comunidades e aos espaços onde pessoas podem interagir, originar oportunidades e proporcionar novos encontros etc. Seria um “facilitador social”. O conceito foi posteriormente adaptado ao “espaço biblioteca” já que a

biblioteca do séc. XXI apresenta as ideias de Oldenburg, como espaço de intercâmbio, de excelência de vida e multifuncional.

3.2.1 bibliotecas de terceira geração

Países do norte europeu, Inglaterra, França e Canadá já colocaram em prática essa ideia. As mais importantes diretrizes desta nova configuração evidenciam nova arquitetura, novo design e serviços múltiplos, propiciando um espaço neutro, um facilitador social, uma convivência alegre, uma diversidade social, um lugar para debate que propicia uma função política. Contudo, o autor Oldenburg não relacionou a Biblioteca como este lugar.

Entretanto, Servet (2010) apresenta dois autores que consideram a Biblioteca como um Terceiro lugar: o historiador inglês Alistair Black e a australiana Kate Meyrick. Ambos consideram a Biblioteca um Terceiro lugar porque funciona como um lugar neutro, um espaço familiar e que tende a se converter em um espaço de interação e de vida por excelência.

Esta nova biblioteca é multifuncional; tem um design moderno, além de ser um lugar para aprender, oferecendo cursos para adultos e outros membros da comunidade; extensão, atividades e eventos; salas dedicadas a encontros, ao silêncio, aos trabalhos informais e muito mais. Segundo Servet (2010, p. 61) “essas instituições cumprem uma missão cívica”. Porque oferecem serviços pessoais como alfabetização, treinamento, assistência na procura de emprego, escolares etc... e mantendo parcerias com associações, com escolas e imprensa local.

Nessa perspectiva, concordamos com Latour (2008, p. 43) que “[...] as bibliotecas e as coleções estão ligadas ao mundo que, sem elas, permanece incompreensível, que convém mantê-las, se nos interessarmos pela razão”.

3.2.2 bibliotecas parque

As Bibliotecas Parque, na Colômbia, são bibliotecas públicas com todas as características relatadas anteriormente sobre as bibliotecas de Terceira geração. É um espaço urbanístico que visa à transformação de uma zona urbana que precisa de intervenção em três eixos fundamentais: educativo, cultural e social.

As parques bibliotecas oferecem muito mais serviços, além dos livros para leitura e materiais audiovisuais. Funcionam como centros comunitários que proporcionam treinamentos gratuitos, instrução cívica, construção da memória coletiva, atividades que estimulam a criatividade, auditório, galeria de arte, área de jogos para crianças, laboratórios de informática e, é claro, uma área externa onde os visitantes podem interagir e relaxar. Particularmente, em Medellín hoje, cidade colombiana, há um maior número de oportunidades educacionais. De forma similar as Bibliotecas Parque funcionam no Rio de Janeiro e São Paulo.

4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

As bibliotecas comunitárias podem ser definidas como:

Um projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social (MACHADO, 2009).

As bibliotecas com essa tipologia existem por todo o território brasileiro, no entanto, Prado (2010) verifica que existe um baixo índice desse tipo de biblioteca no Brasil o que compromete essa ação educadora e de transformação com os atores das comunidades das periferias e do interior brasileiro. São atores oriundos de uma escolarização deficiente e de famílias com falta absoluta de recursos, na maioria, vítimas da violência pela falta de um lugar no mercado de trabalho, num mundo de competição exacerbada.

Por ser uma organização que vai além de espaço de leitura, englobando outros aspectos socioculturais como localismo *versus* cosmopolitismo, a desterritorialização, o desenraizamento, a hibridização, a globalização e, especialmente, a erradicação do analfabetismo, esse tipo de biblioteca torna-se um importante território de preservação da memória social.

4.1 LEITURA

Em 2003, a UNESCO declara a década da alfabetização que estimula a aprendizagem da leitura, da escrita e uso delas para obter informação e comunicar-se.

Segundo dados do Indicador do Analfabetismo Funcional (INAF), 73% da população brasileira, em 2011, estava alfabetizada funcionalmente, mas apenas um em quatro brasileiros domina totalmente as habilidades de leitura, escrita e matemática.

A leitura envolve atividade dinâmica, abrangente e integrada à experiência pessoal do leitor, incorporando aspectos sensoriais, emocionais e racionais. É um ato socializante e entendemos que construímos nossa identidade, valores, visões de mundo por meio da linguagem nas mais variadas formas. As narrativas escritas resgatam experiências vividas e incita o imaginário pessoal e coletivo, o olhar e os significados, diferentes maneiras de ver o mundo, seu mundo. Petit (2012, p. 168) aponta que “na verdade, em muitos desses clubes de leitura – não em todos, é sem dúvida um projeto político [...] à construção de uma sociedade que seria ao mesmo tempo mais democrática e mais solidária”.

A Sociologia da leitura usa mais dados estatísticos sobre a leitura e isso é importante para a criação de práticas e políticas de leitura. Mas para saber o sentido que as pessoas dão à leitura deveria ser utilizado um método híbrido, com entrevistas, pois proporcionaria um diagnóstico mais próximo da realidade, já que a leitura não pode ser interpretada em números por se tratar de um fenômeno subjetivo para aquele que lê. Leenhardt (2013, p. 79) ratifica que a “Sociologia da leitura é uma maneira de se informar, de conhecer, é uma metodologia que busca conhecer o modo como os indivíduos leitores constroem, pelo ato de ler, seu contato com essas figuras possíveis [...]”.

O fomento à leitura é um dos maiores objetivos da biblioteca pública e comunitárias, pois é a base para atingir o propósito de emancipação política e atribuir sentido para os processos de interação. O capital social está relacionado às interações sociais, ao capital cultural, à melhoria da qualidade de vida e à possibilidade de cooperação para resolver problemas. Depende ainda de investimento por parte dos atores, pois só existe enquanto um recurso coletivo. Hillenbrand (2005b, p. 9) afirma que “existe um entendimento de que a biblioteca constrói capital social quando oferece um espaço que, utilizado por diferentes grupos sociais da comunidade, acomoda diversas necessidades e encoraja a interação social e

confiança”. Os estudos sobre o letramento mostram que a questão não é o que a leitura pode fazer com as pessoas, mas, sim, o que as pessoas podem fazer com a leitura.

Vårheim, Steinmo e Ide (2008, p. 881) evidenciam que Cox et al. (2000) são “os únicos pesquisadores que elaboraram um mecanismo mostrando como a produção de capital social é compreendida como efeito colateral das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas”. Segundo Cox et al. (2000, p.7): “O capital social é acumulado como um produto adicional dessas interações que contribuem para a comunidade ou grupo social” [...]. Verifica-se que a criação do capital social advém de relações sociais formais e informais entre indivíduos estabelecidas por eles próprios ou proporcionadas por instituições sociais e políticas públicas eficientes.

Para a pergunta “por que ler?” Petit (2012, p. 160) responde que entre outras coisas, o ato de ler contribui para que cada um seja um indivíduo político que encontra na leitura um instrumento de reflexão” e complementa dizendo que a leitura permite ao indivíduo ser “mais ativo em seu destino e no destino de seu bairro, de seu local de trabalho, da comunidade onde vivem sua família e seus amigos”.

4.2 CAPITAL SOCIAL E AS BIBLIOTECAS

Em palestra informal em Londres [20--?], Putnam, autor seminal sobre capital social, sugere que a biblioteca pública seria um dos exemplos de como um recurso público poderia ser usado para uma renovação cívica. Citando como exemplo a Biblioteca Pública de Chicago, destacou a atuação da Diretora dessa biblioteca, que percebeu que a função deste campo social, como um repositório de informação, havia sido corroída. Reorganizou a biblioteca a partir de um lócus de informação para um centro de comunicação. Diante desse fato, aumentou o espaço para reuniões diversas possibilitando uma estratégia de encontros entre várias comunidades e pessoas de diferentes origens.

Existe a certeza de que algumas iniciativas podem alavancar o papel das bibliotecas na criação do capital social e sua relação com o desenvolvimento local. Maciel et al. (2010) sugerem que algumas medidas poderiam beneficiar essa interação aumentando o número de unidades municipais que oferecessem mais serviços em seus espaços e intensificando os serviços já oferecidos. Concursos; fóruns/palestras; debates; danças; dramatizações;

exposições; hora do conto; jogos; projeções; artes plásticas (oficina); teatro; visitas programadas; audições musicais; outros.

A biblioteca, como espaço público, fornece um lugar compartilhado onde pessoas de várias classes, etnias, religiões e culturas podem de forma heterogênea praticar a verdadeira democracia. Não resta dúvida de que esse campo social apresenta sobremaneira a ideia de Terceiro lugar, de Oldenburg. A biblioteca desenvolveu sua configuração e hoje é reconhecida como Biblioteca de Terceira Geração.

Segundo Vårheim (2007, p. 421), os estudos, na área de capital social e bibliotecas públicas, estão ainda se iniciando. O autor aponta alguns pressupostos de como a biblioteca pode produzir capital social como: bibliotecas podem gerar capital social trabalhando com as associações voluntárias e, assim, aumentar a participação em atividades comunitárias locais; podem desenvolver em seu espaço locais de encontro informais de pessoas e podem criar o capital social no seu papel de fornecedores de serviços universais para o público.

Este perfil de biblioteca se constitui num ponto central de desenvolvimento cultural e artístico da comunidade e que será favorecido através de parcerias com outras entidades. Ao agregar em sua missão o desenvolvimento social e pessoal será, absolutamente, um dos principais agentes transformadores da sociedade, elevando o capital humano, cultural e educacional de seus usuários ao longo da vida. Ao promover serviços orientados às famílias, a biblioteca está criando mais capital social direcionado aos recursos educacionais já que, Bourdieu e Coleman destacam a família como a base do desenvolvimento educacional da criança e jovens. É surpreendente o protagonismo dessas bibliotecas com nova configuração em espaços de baixo poder econômico. E são esses espaços que iremos analisar.

5 CAMPO EMPÍRICO

A área do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo constitui o complexo denominado Complexo Morro do Cantagalo e se localiza na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Pelo censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, a população do Morro do Cantagalo é de 4.771 habitantes e a população do Pavão-Pavãozinho é de 5.567 habitantes.

Neste espaço social, formado por cinco casas, se localiza *O Solar Meninos de Luz* que é uma organização civil, filantrópica, que funciona desde agosto de 1991. Promove educação

formal e não formal, em tempo integral, proporcionando atividades de cultura, esportes e cuidados básicos de saúde nas favelas do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, no Rio de Janeiro. Foi fundado e é mantido pelo Lar Paulo de Tarso com a missão de:

Transformar vidas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social das comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho através de ações preventivas proporcionando-lhes educação universalista e valores humanitários em horário integral [...] (SOLAR MENINOS DE LUZ, 2014).

Na Casa 146, funciona o Centro Cultural que insere Salas de Música e Coral; Salas de Arte e Artesanato; *Biblioteca Comunitária*; *Biblioteca Infantil*; *Biblioteca Escolar* e Galeria de Arte.

Neste Universo instigante e complexo está se dando a pesquisa empírica.

6 CONSIDERAÇÕES

Este trabalho tem como ponto de partida entender como as interações humanas, como um recurso a serviço dos indivíduos e grupos sociais, podem agir dentro de um processo de ação coletiva em bibliotecas das favelas.

A informação e o conhecimento têm papel fundamental para a aquisição de capital social e com isso elaborar novas estratégias de atuação. Os atores individuais ou coletivos das bibliotecas nas favelas proporcionam significados estimulantes fazendo esta triangulação: bibliotecas; capital social e recursos educacionais. Esses conceitos se interconectam com outros conceitos como espaço social, Terceiro lugar e leitura e numa visão em que pensamento e ação se tornam um único ato. Esta ação dos atores sociais faz um movimento impulsionado por um ideal de transformação em suas vidas e encontram na biblioteca o lugar ideal para refletir, discutir e resolver as múltiplas experiências objetivas e subjetivas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Predecessors of the Public Library.

Disponível em:

<http://www.ala.org/lhrt/sites/ala.org.lhrt/files/content/popularresources/Chpt4Predecessors.pdf>

. Acesso em: 23/08/2014.

BATTLES, Matthew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

- BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. [Coletânea de textos]. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de Educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COHN, Gabriel. As diferenças finais: de Simmel a Luhmann. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.
- COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. The American Journal of Sociology, vol. 94, p. 95-121, 1988.
- COX, E. et al. A safe place to go: libraries and social capital. Disponível em: http://www.sl.nsw.gov.au/services/public_libraries/docs/safe_place.pdf. Acesso em: 14/09/2012.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2000.
- HIGGINS, Silvio Salej. Fundamentos teóricos do capital social. Chapecó: Argos, 2005.
- HILLENBRAND, A. C. A place for all: social capital at the Mount Barker Community Library. Aplis, v.18, n. 2, p. 41-60, June 2005. Disponível em: <https://www.questia.com/library/journal/1G1-133684660/a-place-for-all-social-capital-at-the-mount-barker>. Acesso em: 14/09/2012.
- LEENHARD, J. Entrevista. In: BRETAS, Maria Luiza Batista. Cinco diálogos sobre o livro e a leitura: entrevistas com especialistas franceses. Goiânia: Cãnone, 2013.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. O poder das bibliotecas. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2008.
- MACIEL, Adalberto Rego et al. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 73-88, maio/ago. 2010.
- MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009.
- MANGUEL, Alberto. A biblioteca a noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLDENBURG, R. The great good place. New York: Paragon House, 1989.
- PETIT, Michèle. A arte de ler: ou como resistir à adversidade. São Paulo: Ed. 34, 2009. 1. reimp. 2012.
- PRADO, Geraldo Moreira. Bibliotecas comunitárias como território de memória interagindo práticas da aprendizagem e mudanças. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v.

10, n. 6, dez. 2009. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez09/Ind_com.htm. Acesso em: 28 mar. 2010.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RETRATOS da leitura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

SENNA, Ana. *Bibliotecas comunitárias*. 2012. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Informação e redes sócio-técnicas, IBICT, PPGCI, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SENNA, Ana; SANTOS, M. J. V.; MIRANDA, M.aria de Fátima Borges de. *Biblioteca Comunitária Escritor Lima Barreto: espaço para práticas de mudanças sociais*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16. , 2010, Rio de Janeiro. Anais...

SERVET, Matilde. *Les bibliothèques de Troisième lieu*. *Boletim de Bibliotheque du France*, v. 35, n. 4, 2010.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOLAR MENINOS DE LUZ. Disponível em:

http://www.meninosdeluz.org.br/quem_somos.php. Acesso em: 01/06/2014.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira*. São Paulo: LISA, 1980.

VARHEIM, Andreas. *Public libraries: places creating social capital?* *Library Hitech*, v. 27, n. 3, 2008. P. 372-381.

VARHEIM, Andreas. *Social capital and public libraries the need for research*. *Library & Information Science Research*, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 372-381, 2007.

VÉLEZ, Ricardo Rodriguez. *Da guerra à pacificação: a escolha colombiana*. Campinas: CEDET, 2010.